
014ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA – 14OUT2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos à

PAUTA

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Desiste. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta. Desiste. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu me inscrevi para falar sobre um projeto que a Ver.^a Fernanda Melchionna e eu protocolamos na Casa, que está na lista de discussão. Trata-se do PLL nº 132/15, que “obriga a inclusão da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, e alterações posteriores, e da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, no conteúdo das provas de legislação de concursos públicos do Município de Porto Alegre.” A intenção é justamente tornar os cidadãos porto-alegrenses que estão postulando o cargo de funcionário público neste Município cientes dos seus direitos e também de suas obrigações. Um cidadão que tem consciência da lei e dos direitos dos outros é um cidadão que tende a ser mais respeitoso com relação aos direitos de outros. E a intenção deste projeto de lei é justamente qualificar o material humano que está ingressando nos quadros da Prefeitura de Porto Alegre. Entendo que o cidadão que vai prestar um concurso público para se tornar um servidor da Prefeitura precise ser um cidadão disseminador de conhecimento. Nas nossas ações, no nosso dia a dia, muitas vezes há um caráter pedagógico; como tratamos as pessoas, o que falamos, a forma como nos portamos – tudo isso tem caráter pedagógico. Portanto, o funcionário público municipal é, sim, um agente de disseminação dos teores das leis. Assim sendo, fizemos essa proposta e estou aqui expondo aos Vereadores desta Casa justamente essa intenção. Então uma boa-tarde, boas discussões para todos. A minha intervenção é bem

breve, até porque eu não sei quanto tempo se passa, já que estamos com problema no cronômetro.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Não havendo mais nenhum Vereador inscrito para discutir, está encerrada a Pauta.

A Sra. Jussara Cony (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Roberto Sum da Silva, um grande camarada nosso da Direção Estadual e Municipal do PCdoB, um dos últimos caixeiros viajantes – era a sua profissão –, era um grande lutador, um grande revolucionário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós estamos vivendo, nessa semana, Ver.^a Mônica Leal, caros colegas Vereadores, uma situação muito estranha no Brasil, e principalmente no Congresso Nacional. Eu faço aqui, fiz muitas vezes, críticas duras àqueles que se envolveram em falcatruas na Petrobras, no Governo; fiz duras críticas ao PT, fiz duras críticas a todos aqueles que põem a mão no dinheiro público. E não poderia eu deixar de fazer aqui uma constatação e um apelo, sou do PMDB do Rio Grande do Sul, sou do PMDB da Ver.^a Lourdes, do Ver. Raul, do Ver. Professor Garcia, do Ver. Mendes Ribeiro, do Ver. Valter Nagelstein, que está de Secretário. Sou do PMDB do Governador Sartori, do Vice-Prefeito Melo, enfim, nós somos do PMDB, que acredita que se pode fazer política e se deve fazer política séria. No momento em que o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Eduardo Cunha, tem as suas digitais registradas em falcatruas e dinheiro no Exterior, ele e a sua família, eu tenho que ser coerente, e vou ser como sempre fui: vou pedir ao PMDB de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Sessão Extraordinária 14OUT2015

Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, que leve ao PMDB Nacional, para que se expulse Eduardo Cunha do PMDB e que se expulsem todos aqueles que botarem a mão em dinheiro público, sejam eles de qualquer partido, e falo pelo meu. Eu quero que se expulsem todos esses que fazem falcatruas. Eu costumo dizer que ladrão é ladrão, estejam eles onde estiverem! E se tem as digitais do Eduardo Cunha, é lamentável, mas não pode ser tratado diferente do que os outros foram tratados, e não vai ser tratado! Não tem como o Eduardo Cunha pedir *impeachment* de alguém se ele já está condenado pela opinião pública, e não só pela opinião pública, pelos fatos e pelas provas.

Então, queridos companheiros da Câmara de Porto Alegre, falo pelo meu Partido, mas tenho a certeza de que aqui na Câmara de Vereadores a grande maioria, ou a esmagadora maioria, ou quase todos, pensam assim, porque a Câmara de Porto Alegre é formada por Vereadoras e Vereadores comprometidos com o bem público, e é assim que devemos ser norteados. Então, Ver. Janta, vamos pedir que se comece a limpar: não, ladrão que rouba ladrão não tem perdão, não! Ladrão é ladrão e tem que ser punido pela Justiça! E como estou falando em nome de um Partido, peço ao PMDB que expulse esse cidadão, pois Eduardo Cunha não merece estar de Presidente da Câmara, não merece ser líder de nenhum outro Deputado, tem que ser posto para fora, já de cara, do PMDB! E que se ponha ele para fora também da Câmara dos Deputados!

Era esta a manifestação que eu queria fazer na Liderança do meu Partido, o PMDB, em nome dos nossos Vereadores – eu não falei com nenhum deles, mas tenho certeza que todos, isso sim eu posso afiançar, são Vereadores que lutam pela ética, pela decência e pela moralidade. E se é para moralizar, vamos começar dentro de casa, pedindo a expulsão do Eduardo Cunha do PMDB, e depois sua saída da Câmara dos Deputados. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Meus parabéns à Bancada do PMDB, ao Ver. Idenir Cecchim, Ver.^a Lourdes, Ver. Pablo, Ver. Dr. Raul, pois o Ver. Idenir Cecchim vem aqui na tribuna em nome de seu Partido falar e

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Sessão Extraordinária 14OUT2015

pregar o que nós estamos pregando e falando nas ruas. Não pode uma pessoa ter bilhões – comprovados, pelo jeito – na Suíça e querer cassar outra pessoa comprovadamente chefe de uma outra quadrilha. Não pode, Ver. Reginaldo Pujol, a La Camorra querer cassar a siciliana. É inadmissível que isso ocorra! Fomos o primeiro partido a solicitar o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff; continuamos pedindo isso, fomos também um dos primeiros a pedir o afastamento do Presidente Eduardo Cunha. Ele tem que se afastar, tem que sair da presidência, até porque estamos tratando de coisas importantes da República. Como o Ver. Idenir Cecchim disse, a política tem que ser feita por pessoas sérias, pessoas que estão dispostas a fazer essa política. Eu tive o orgulho, no dia de ontem, de ser eleito para a Executiva Nacional do meu partido, ocupando um cargo que hoje em dia muitas pessoas não querem ocupar, mas eu aceitei esse desafio, o de 1º Tesoureiro do Solidariedade, o primeiro tesoureiro nacional do meu partido. Eu acredito que esse cargo não deve afugentar as pessoas, pelo contrário, deve nos permitir fazer as coisas como têm que ser feitas na vida pública. Eu estou na vida sindical há muito tempo, bem como dirigindo uma entidade sindical que vem avançando no direito dos trabalhadores, no direito dos funcionários dessa entidade, o que vem melhorando a vida dos trabalhadores. Então, aceitamos mais esse desafio. Agora, o que nós não podemos ver são os direitos desses trabalhadores sendo tirados, sendo liquidados. Principalmente, a Lava Jato vem apresentando denúncias contra o Presidente da Câmara, que, no início, se dizia que era uma forma de manchar a imagem dele, como se diz que é uma forma de manchar várias imagens que estão aí. O que se prova é que está lá a pura verdade da roubalheira, da corrupção imposta neste País, como já falei aqui várias vezes desta tribuna, lembrando muito a Colômbia da década de 1980, onde se achava que tudo era possível, onde se achava que tudo valia, onde as pessoas achavam que, através da corrupção, do roubo das empresas públicas, das empresas construídas com o suor do povo brasileiro, podia se fazer tudo. A verdade está vindo à tona, que os corruptos que dilapidaram o patrimônio do povo brasileiro paguem com a cadeia. Tenho certeza de que os colarinhos brancos, Ver. Idenir Cecchim, serão afastados do seu partido, expulsos, cassados e irão para o seu lugar, de fato, que é a cadeia. No Brasil, nós veremos isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público da TVCâmara que nos assiste, eu estava ali no gabinete atendendo umas pessoas e ouvi o discurso do Ver. Cecchim. Então, gostaria de parabenizá-lo. Todos os membros de partido, independente de ideologia, têm que tomar uma atitude, uma postura igual a essa. Neste fim de semana nós tivemos em Porto Alegre muita chuva, então tivemos um grande problema em toda a Porto Alegre, mas principalmente os moradores das Ilhas. Nós estivemos presentes, em alguns momentos, nos locais e também ali no Tesourinha, E eu gostaria de parabenizar a Prefeitura Municipal, os Secretários, CAR, e os membros do Orçamento Participativo pelo belíssimo trabalho de solidariedade.

Gostaria aqui, senhores, de tocar em outro assunto referente às Ilhas. Gostaria aqui de pedir uma atenção maior aos senhores secretários, ao Secretário Municipal de Segurança Pública e, principalmente, ao Secretário Estadual, que é quem detém a força ostensiva desta Cidade, ou seja, a Brigada Militar. Nós estamos vendo o fenômeno, senhores, que as pessoas, além de estarem sofrendo, com seus bens deteriorados pela força da natureza, muitas não podem e não querem sair de casa porque têm medo de serem saqueados. Muitos, senhores... E a Ilha não é tão grande assim! Nós temos relatos de alguns moradores da região que dizem que um grupo de indivíduos, andando inclusive de barco, está vigiando as casas que foram abandonadas para pegar o pouquinho que ainda resta naquelas casas.

Portanto, eu gostaria de solicitar às autoridades da segurança pública que façam um trabalho de maior ação nesses lugares, que a polícia ostensiva esteja presente, que a polícia investigativa e o Poder Judiciário, quando prenderem, vejam com outros olhos, senhores, porque isso não é só um crime; vejam com olhos de que muitas vezes aquela televisão arranhada, velha é o bem que a pessoa tem. Não é a TV tela plana, de não sei quantas polegadas, mas é o bem que aquele indivíduo tem, que muitas vezes trabalhou, trabalhou para ter em casa aquele rádio de pilhas, aquele micro-ondas, que, muitas vezes olhamos e achamos que aquilo ali não tem valor.

Então, senhores do Poder Judiciário, se coloquem na posição daquelas pessoas que, além de sofrer com a natureza, estão sofrendo pelo resto dos bens que adquiriram ao

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Sessão Extraordinária 14OUT2015

longo de suas vidas. Não vejam aquele crime como um simples furto. E agora está se transformando em roubo, porque eles estão entrando nas casas com as pessoas dentro! As pessoas acendem velas para mostrar que tem gente na casa, e aquela vela tem que durar a noite inteira, para que não entrem na casa para furtar o resto de bens que ali existem. E, mesmo assim, eles já estão saqueando com as pessoas dentro. Autoridades, tomem conhecimento desse fato. Quando se fala aqui do bandido de colarinho branco, também tem que se falar nesse que não é aquele sobre quem muitas vezes fazemos discurso dizendo que é vítima da sociedade. Esse não é vítima da sociedade; esse é sem-vergonha, é larápio. Esse tem que tomar “cana”. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicação de Líder.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e todas, essa fala do Ver. Idenir Cecchim acaba nos provocando, de certa forma, a aplaudir a sua fala, porque realmente não temos que ter nenhuma condescendência, não podemos ser, inclusive, cúmplices, muito menos quando alguém como o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, age, já comprovadamente... Claro que ainda falta um processo judicial, precisamos aguardar todo o procedimento legal, porque temos uma conquista civilizatória que é o princípio da presunção da inocência, ainda que as provas estejam aí mais do que demonstradas. De qualquer forma, eu subo aqui para fazer algo que já poderia ter feito há algumas semanas que é saudar a iniciativa do Prefeito Fortunati em sancionar o projeto de lei aprovado nesta Casa na última Sessão do ano passado, projeto de lei que proíbe a contratação de empresas que tenham feito doação para a campanha eleitoral. Desde a sanção do Prefeito ainda não tinha tido a oportunidade de fazer essa manifestação pública, então o faço agora. Um processo, é verdade, que foi tumultuado, no sentido de que tínhamos a aprovação do plenário por treze votos a dez – alguns Vereadores entenderam diferente, não concordaram com o projeto. Esse projeto demorou a ser aprovado efetivamente, porque o Ver. Márcio Bins Ely pediu nova votação, o que acabou não acontecendo por desistência do Vereador. Então, o projeto acabou sendo aprovado e enviado para sanção do Prefeito, que demorou algum tempo, mas acabou sancionando o projeto. Então temos,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Sessão Extraordinária 14OUT2015

aqui em Porto Alegre, uma lei já em vigor que proíbe o Município e o Legislativo de contratar empresas que tenham feito doação para campanhas eleitorais. Talvez alguém diga que perdeu o objeto, já que o STF já decidiu pelo fim das doações empresariais, mas quero lembrar que, no Senado, tramita uma Proposta de Emenda à Constituição, visando constitucionalizar a doação empresarial. Então, se isso acontecer, espero que não haja um entendimento, porque a decisão do STF fica em segundo plano – concordo com a linha de que a decisão do STF está acima, inclusive, da tramitação, não deveria sequer tramitar esta Proposta de Emenda à Constituição, porque ela ataca direitos fundamentais e cláusulas pétreas da Constituição; mas, se passar, teremos a legislação aqui em Porto Alegre proibindo a contratação de empresas que fizeram doações para campanhas eleitorais. Então, quero fazer aqui esse registro.

Eu quero falar aqui o que repercute na mídia; eu não gosto muito de comentar, mas hoje sou obrigado a fazê-lo. Nós tivemos uma reportagem hoje, ao meio-dia – eu estava, naquele momento, em frente à televisão e pude assistir –, no Jornal do Almoço, da RBS, uma reportagem sobre as diárias da Câmara Municipal de Tupanciretã. Bom, aí, nós temos que fazer toda uma discussão séria – já estamos fazendo, talvez esse seja o lado bom – sobre a matéria que levanta o tema das diárias, qual a finalidade, que devem ser, obviamente, transparentes, devem ter um retorno para quem paga as diárias, ou seja, aquela Câmara Municipal ou aquele órgão público. E eu quero falar aqui do que eu chamarei aqui da ditadura da edição. Para quem assistiu a transmissão, o jornalista chega para um Vereador, se não me engano do PPS, e pergunta: “Onde o senhor estava em maio deste ano?”. Ele disse: “Eu lembro que eu fui a audiências”. Não quero entrar no mérito, mas é difícil que alguém consiga lembrar exatamente o que estava fazendo num determinado dia de maio. Depois, uma Vereadora do PP, do Partido Progressista – Caroline, se eu não me engano – comenta que, sim, é poder da Câmara Municipal aumentar ou diminuir diárias, tratar das questões do próprio gerenciamento da Câmara Municipal. Mas, na edição da matéria, dá a entender que ela está dizendo que a Câmara e os Vereadores e Vereadoras fazem o querem, eles fazem a lei, diminuem ou aumentam, quando, na verdade, o contexto ali era claro: ela estava explicando que é competência, sim, da Câmara Municipal estabelecer, inclusive, o valor das diárias.

Então, vejam, eu estou aqui fazendo uma defesa a essa Vereadora do PP, porque, na edição – nós sabemos todos, muitas vezes somos entrevistados –, o jornalista e a

jornalista escolhem aquilo que vão recortar da tua fala. Nesse momento, a fala da Vereadora está recortada como se ela estivesse dizendo que os Vereadores fazem o que querem e o que bem entendem. Então, estou aqui fazendo uma manifestação. Corro o risco de ser editado como quem defende as diárias, podem editar minha fala aqui dizendo: “Olha lá, falamos mal das diárias dos Vereadores, e já subiu um Vereador lá para defender a corporação.”. Não, ao contrário; acho que temos que debater, as diárias têm que ser bem utilizadas e, por isso, é positiva a matéria. Mas editar, dando um contexto que não é aquele que a pessoa respondeu na pergunta, é uma ditadura da edição. E isso nós temos que combater, se não nós estaremos de joelhos para quem edita as matérias quando nós mesmos somos entrevistados. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Muito obrigada, Ver. Mauro Pinheiro. Falo em meu nome e em nome do Ver. Prof. Alex.

Eu ouvi atentamente a fala de várias Lideranças – Ver. Cecchim, Ver. Delegado Cleiton – e quero dizer que nós estamos atravessando um momento extremamente complicado no que diz respeito à bandalheira e à roubalheira envolvendo os Palácios do Poder. O caso do Eduardo Cunha é um verdadeiro escândalo! Um verdadeiro escândalo, porque ele é o Presidente da Câmara, já havia sido citado na Lava Jato, era um dos integrantes da lista de Janot, e agora, confirmadamente, tem contas secretas na Suíça, conforme resposta a um ofício feito pela nossa bancada do PSOL, na Câmara Federal, ao qual o Procurador-Geral da República responde, confirmando a existência de R\$ 9 milhões numa conta na Suíça em nome do Eduardo Cunha e de seus familiares, inclusive com ilações de que isso viria justamente da propina envolvendo obras da Lava Jato! Vemos nós que, não só o Eduardo Cunha ainda segue como Presidente do Senado, como os grandes partidos silenciam, Ver. Prof. Alex Fraga, sobre essa situação.

Acho que foi muito importante a fala das Lideranças aqui, na tarde de hoje, pois isso mostra que podemos, inclusive, aprovar uma Moção da Câmara de Vereadores de Porto Alegre pela cassação do Eduardo Cunha, que é uma posição política importante da

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Sessão Extraordinária 14OUT2015

Câmara de Vereadores neste momento em que vemos essa situação das denúncias, Ver. Cecchim, e, ao mesmo tempo, um silêncio de grandes bancadas, sejam aqueles que, durante o final de semana, fizeram uma nota laranja pedindo o afastamento do Eduardo Cunha, mas não assinaram o requerimento do PSOL e de outros Parlamentares, exigindo, na Comissão de Ética, a cassação do Eduardo Cunha; sejam aqueles que, pela convivência com o poder, para que não haja investigação aprofundada de outros temas, também silenciam diante dessa situação gravíssima que hoje está expressa no Congresso Nacional.

Então, inclusive o nosso Deputado Federal Chico Alencar usou, para expressar sobre esses parlamentares no Congresso Nacional, o termo de moralistas de ocasião e éticos por conveniência. E eu acho que está coberto de razão o termo que o nosso Deputado Federal Chico Alencar usou para expressar aqueles que fizeram essa nota, mas que, ao mesmo tempo, não se comprometeram em relação a um pedido muito claro que foi entregue ontem, às 16 horas na Comissão de Ética da Câmara Federal. Foi entregue uma farta documentação dos ofícios da Procuradoria-Geral da República, das investigações e uma peça com 20 páginas assinada por 32 parlamentares do Congresso Nacional – eu sei que além dos nossos, do PSOL, Deputados da rede, alguns Deputados do PT, não o PT de conjunto, o Jarbas Vasconcelos, mas totalizou apenas 32 Deputados Federais de 510. Nós precisamos de uma resposta rápida. É inadmissível que siga à frente da Câmara Federal um mentiroso de quinta categoria que mentiu na CPI da Petrobras dizendo que não tinha contas na Suíça, que usa o seu mandato para promover ataques contra o povo brasileiro, contra as mulheres, contra os LGBTs. E aqueles que usam o moralismo de ocasião, tentam protegê-lo para fazer prosperar o dito *impeachment* da Dilma. Eu digo sempre: é indignante a postura daqueles que têm uma indignação seletiva com a corrupção. Nós achamos que é necessário ser coerente, e vocês sabem muito bem a nossa posição – do PSOL – contra a roubalheira, na Lava Jato e na Petrobras. Fizemos denúncias sistemáticas dos envolvidos do PT, do PMDB, de todos os partidos que tiveram parlamentares envolvidos nesse verdadeiro saque aos cofres públicos. A indignação seletiva, Ver. Alex Fraga, é revoltante, portanto, nós precisamos de coerência na política e nós precisamos, sim, de uma resposta desta Câmara para a cassação do Eduardo Cunha, e sobretudo uma resposta dos parlamentares brasileiros para que, imediatamente, esse cidadão seja afastado da Presidência e cassado da Câmara Federal.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Mauro Pinheiro, Vereadores e Vereadoras, falou há pouco a companheira Fernanda, e eu quero elogiar a iniciativa de alguns partidos da base do Governo e alguns da oposição, um inclusive do PMDB, que assinou junto, e que compreendem a gravidade de um país, na sua instância máxima representativa da democracia brasileira, conviver, considerar legítimo que o seu Presidente do Congresso possa ter identificado elementos que o ligam à Lava Jato, à corrupção, ao desvio de recursos públicos e continuar presidindo essa instância máxima da nossa democracia. Na nossa Bancada e nas de oposição, temos escutado esbravejantes discursos como os de quinta-feira. E quero fazer o registro, em nome da oposição, porque eu estava inscrita para falar pela oposição, depois de duas falas em que estavam atacando especificamente o meu Partido, e ia fazer uma fala sobre a importância deste momento, e a oposição foi impedida de falar neste plenário por um pedido de retirada de quórum. Faço aqui, no tempo de oposição, uma defesa que é a minha e sei que é de todos os partidos de oposição, para que o Brasil não recue no fortalecimento e no momento extraordinário que vive na investigação, no desnudar, no elucidar a forma com a qual o sistema político eleitoral e as relações privadas corrompem o recurso público brasileiro, corrompem a República ao alterar os critérios que deveriam ser de transparência, de igualdade de todos perante a lei e perante o Estado. Nós nunca vivemos momentos como esse. Podem nos acusar do que quiserem, mas não vivemos momentos em que todas as instâncias estão funcionando a pleno. Nenhuma investigação está sendo tolhida. As pessoas estão sendo presas preventivamente, as empresas, os empresários poderosos brasileiros, os partidos, os seus representantes, os deputados envolvidos estão respondendo a processos. O Brasil está recuperando recursos e está com propostas e projetos, e é a isso que o Congresso deve responder; que respondam ao sistema e aos elementos que indicam por que o sistema não funciona e não protege os interesses públicos. O Estado brasileiro, no seu arcabouço legal, não protege os interesses públicos. Não nos basta continuar dizendo que esse ou aquele é um mau político; isso é muito pouco. O problema

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Sessão Extraordinária 14OUT2015

não é só o mau político, o mau empresário ou o corrupto, porque nós sabemos, lamentavelmente, que a corrupção está entranhada na formação da sociedade brasileira. Não é do povo brasileiro; é da estrutura organizacional da sociedade brasileira, entranhada pelos privilegiados de sempre. Ora, para aprofundar a democracia brasileira é que nós precisamos tomar as medidas, fazer a leitura e seguir elucidando. Portanto, combates seletivos não servem aqui. Eu elogio o PSOL por assinar e combater Eduardo Cunha ou qualquer outro partido, pessoa, deputado ou empresário que tenha se envolvido, que tenha se corrompido ou tenha corrompido funcionários públicos – eu elogio e quero me somar.

Nós queremos aprofundar a democracia e nós entendemos que a avaliação das contas da Presidenta – é o Partido dos Trabalhadores falando, peço uma pequena, vamos dizer assim, permissão aos partidos de oposição –, o julgamento das famosas pedaladas – vamos parar para pensar... Todos os governos de Porto Alegre, de todos os lugares, quando chega no fim do ano, avaliam que contas vão jogar para próximo ano, que contas mantêm para fechar o ano, dependendo da situação orçamentária e financeira, para não prejudicar o ente federado num déficit orçamentário operacional. Ora, de repente, isso virou motivo para *impeachment*. Quem acredita nisso, siga acreditando; meu questionamento é: a democracia brasileira vai continuar radicalizando o seu aprimoramento através de *impeachment* político, com interesses partidários, ou serve a quem está apavorado, porque, finalmente, o Brasil tem o seu sistema de corrupção elucidado e nós podemos ir avante nisso? A quem serve o *impeachment* da Presidenta? Será que é para seguir adiante com as intenções do Serra, ou mesmo com o plano do Tombini, porque eu sou contrária ao plano de desinvestimento da Petrobras, da venda de ações na baixa, da desvalorização da Petrobras, do retrocesso na construção de refinarias. Somos contra. E quem está buscando o *impeachment* quer, sim, privatizar a Petrobras e a imensa riqueza que o Pré-Sal pode representar para este País.

Nós não queremos ninguém impune, nem mesmo a nossa Presidente. Agora, praticar o *impeachment* hoje significa praticar golpe, sim, impedir a democracia e impedir que nós realizemos plenamente a revisão do Estado brasileiro.

E, por fim, as pessoas que querem isso, que assinem embaixo, porque quando aqui disse o Marcelo que o Supremo Tribunal Federal decidiu que não tem mais financiamento empresarial de campanha, porque é fonte de corrupção, sim, porque é distorção da

Constituição, o Congresso Nacional, presidido pelo Cunha, que é ilegítimo na sua condução, quer tornar, de novo, possível a contribuição de empresas para o sistema eleitoral. Ora, quer manter este sistema corruptor e corrupto. E nós somos contrários a isso. Vamos seguir adiante na democracia. Mais democracia pode aprimorar a democracia brasileira e pode fazer com que o brasileiro volte a confiar no seu sistema político e eleitoral.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, pessoas que nos assistem nas galerias e pela TVCâmara, eu escutei atentamente o discurso da Ver.^a Sofia, e, talvez, ela não estivesse presente no plenário para saber que o que foi falado aqui na tribuna, por mim, foi uma coisa muito simples: que qualquer gestor, do menor ao maior, que é a comandante do Brasil, tem responsabilidade, rigor com o dinheiro público. E nós não podemos, de forma alguma, justificar desvios de dinheiro, falta de rigor com o dinheiro público porque outro governo fez ou outros governos fizeram. Isso não é justificativa. Seja o partido que for, não se pode fazer. E falo aqui como ex-gestora, Secretária de Estado do Rio Grande do Sul. Não se pode fazer errado com o dinheiro público! E o que fizeram? Tiraram empréstimos, tiraram dinheiro do BRDE, da Caixa, para quê? Colocaram onde? No Orçamento do Governo. Por isso é que está havendo a recomendação do Tribunal Superior Eleitoral para rejeitar as contas da Presidente Dilma na campanha de 2014! Por isso que foram rejeitadas as contas do Governo Dilma em 2014!

Ora, senhores, se tem uma coisa que me faz muito mal é subestimarem a minha inteligência! Não importa o partido, não importa o político, não importa a sigla, cometeu ilicitude tem que pagar! Se é gestor, muito mais responsabilidade tem! Se eu sou uma Secretária, eu tenho responsabilidade sobre os meus atos; se eu sou uma Presidente também.

Agora, sobre o *impeachment*, é muito simples, e eu vou dizer para vocês resumidamente o que ocorre. Escrevi para não cometer nenhum erro com relação a isso. Só pode ocorrer

o *impeachment* – o embasamento deve ser legal – nos termos da decisão do STF, não importando as colorações políticas. Agora, é evidente que todo esse processo que está ocorrendo no Brasil por ilicitudes cometidas pelo Governo Federal está aí para quem quiser ver! Não é o senhor ou a senhora que acordou e resolveu dizer que o Governo está cometendo isso! Não! Quais são? Eu posso enumerar. Primeira coisa: retiraram dinheiro de onde não deveriam – de projetos sociais – para colocar no orçamento do Governo!

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

A SRA. MÔNICA LEAL: E aí? Não! Só um pouquinho. Então, é importante saber o compromisso de um gestor antes de fazer julgamentos desse tipo. Agora, não esperem de mim, jamais, que eu defenda quem quer que seja que cometeu ilicitude, do meu partido ou de qualquer partido! Fez errado? Tem que ser punido! E, na minha concepção, se for do meu partido, deve até ser expulso do partido. Porque é responsabilidade de um gestor público ter cuidado com o dinheiro do povo. Era isso que eu queria vir aqui dizer, porque parece que fica assim: na quinta-feira, na Sessão, os Vereadores vieram aqui, não deram tempo para os outros falarem, tiraram o quórum. Não! Eu vim a esta tribuna, fiz uma análise da rejeição das contas da campanha Dilma em 2014, também fiz análise sobre os gastos do Governo em 2014, e, logo em seguida, o Ver. Eng^o Comassetto veio aqui, e como não tinha conteúdo na sua fala, me chamou de ditadora, que eu venho da ditadura militar – aquilo que a gente está cansado de saber, que quem não tem, neste momento, argumento para rebater a corrupção instalada neste País diz, usa e faz de uma maneira muito frágil, basta ver nas ruas o clamor do povo. A Presidente Dilma foi à ONU e disse que o Brasil está no limite de empréstimo, no limite de dinheiro, ela só esqueceu de dizer uma coisa: o Brasil está no limite de suportar a corrupção e a mentira! E nós vamos mostrar isso, não sou eu, o povo está mostrando, porque nós queremos responsabilidade, porque nós não precisamos de horário de verão para economizar, nós precisamos é que parem de roubar! O Brasil precisa de um comando sério, porque o Brasil é um País bom! O Brasil precisa de um comandante honesto! Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A Sra. Fernanda Melchionna: Presidente Mauro Pinheiro, eu queria pedir a atenção de V. Exa. e dos Líderes, já falei com o Líder do Governo, estão aqui conosco moradores da comunidade Campos Verdes, que é uma comunidade que tem muitos idosos, crianças, famílias. Há mais de um ano é uma ocupação da cidade de Porto Alegre e, infelizmente, está com um processo de reintegração de posse e precisa, obviamente, pedir o apoio para a Câmara de Vereadores, no sentido de garantir que as pessoas não fiquem na rua. Então queria propor a V. Exa. que a gente possa receber, com os Líderes, ali na salinha, os representantes da comunidade para ver de que maneira a Câmara e as Comissões, e eu como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, sem dúvida nenhuma, sou parte dessa luta, podem atuar para garantir mais prazo, para garantir o direito humano à moradia para essas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro, Vereadora. (15h29min)
Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo as Emendas nºs 05 e 06, de autoria dos Vereadores Márcio Bins Ely, Dr. Thiago e Bernardino Vendruscolo; as Emendas nºs 07 e 08, de autoria dos Vereadores Márcio Bins Ely, Dr. Thiago e Reginaldo Pujol; as Emendas nºs 09 e 10, de autoria dos Vereadores Márcio Bins Ely, Dr. Thiago e Cláudio Janta; e as Emendas nºs 11 e 12, de autoria dos Vereadores Márcio Bins Ely e Dr. Thiago, todas ao PLL nº 232/14.

Defiro o Requerimento, de autoria do Ver. Dr. Thiago Duarte, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12 ao PLL nº 232/14.

O Sr. Kevin Krieger (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLCE nº 004/14, do PLE nº 024/14 e do PELO nº 001/12 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Cláudio Janta (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação dos títulos, prêmios, homenagens, declarações de utilidade pública e inclusões no calendário de eventos. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PR nº 032/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. (Pausa.) Em votação o PR nº 032/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 126/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 046/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. (Pausa.) Em votação o PLL nº 046/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(A Ver.^a Jussara Cony assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Em discussão o PR nº 032/12. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação a Indicação nº 038/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Em discussão o PLL nº 078/15. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 078/15.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, quando me inscrevi, fiquei satisfeito quando o Ver. Kopittke havia se inscrito antes e que eu iria ouvi-lo a respeito do projeto, audiência essa que poderia determinar, inclusive, uma melhor orientação da nossa parte.

Em verdade, o que observo é que, na análise que o projeto teve até o presente momento, especialmente na análise preliminar feita pelo órgão técnico da Casa, Procuradoria, a conclusão é de que a proposição tem contendo normativo destinado a regular a realização de atividades urbanas, constituindo exercício de Poder de Polícia de competência municipal, não havendo óbice jurídico à sua tramitação. De outro lado, o Ver. Marcio Bins Ely, no exame da Comissão de Constituição e Justiça, solicitou diligência sobre a proposição. Sobre essa diligência, Sr. Presidente, sinceramente não encontro no projeto a resposta. A diligência requerida pelo Vereador, em 27 de maio, foi deferida em 2 de junho do corrente ano, encaminhada à Diretoria Legislativa em 5 de junho para oficiar; em 9 de junho, para assinaturas; mas retornou à CCJ, em 16 de junho de 2015, por solicitação de Eduardo Nascimento, assessor técnico da Presidência. Por isso, Sr. Presidente, nós temos agora um parecer conjunto, no qual essa matéria é examinada pelas cinco Comissões a que competiria examiná-la: a Comissão de Constituição e Justiça; a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul; Comissão de Urbanismo, Transporte e Habitação; a Comissão de Direito do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana; e a Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Vejam bem, são cinco Comissões que a examinam, com exceção da Comissão de Educação, Cultura e Esportes e Juventude, as demais Comissões foram opinar em Reunião Conjunta. E nós, por sermos da CECE, não tivemos opinião nenhuma sobre isso. O que nós estranhamos, Sr. Presidente, é que esse Parecer foi prolatado no dia 17 de junho de 2005, e de lá para cá, não há registros nos autos de nenhuma situação especial, a não ser uma informação que nos passa o Ver. Alberto Kopittke, que queria vir à tribuna para explicar composições que ele havia feito com o Secretário – não sei de qual Pasta –, mas, de qualquer sorte, eu quero dizer que o projeto do jeito que está, Vereador, eu não tenho a mínima condição nem de aprová-lo, nem de reprová-lo. Está oco, vazio, não tem as coisas mínimas que deveria ter. É uma crítica que eu faço a um encaminhamento legislativo. Eu sempre venho votar confiando nos pareceres das comissões. Quando a Comissão de Constituição e Justiça foi chamada em julho, deixou de dar parecer. Eu, sinceramente, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, fico numa dúvida muito forte a respeito do bom

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Sessão Extraordinária 14OUT2015

encaminhamento que essa matéria deveria ter e que, no meu entendimento, não o teve por razões que eu espero sejam demonstradas pelo autor, que já está inscrito e, inclusive, segundo me consta, preparando uma emenda que estaria negociando com as demais Lideranças da Casa. Lideranças, às quais eu não me incluo, entre as razões, por estar na tribuna e não no plenário, onde esses debates estariam sendo realizados. Mas, Ver. Nereu, V. Exa. que é um militante na Comissão de Constituição e Justiça de larga data... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...eu não consigo entender como é que essa matéria pode entrar e sair da Comissão de Constituição e Justiça sem nenhuma opinião objetiva da Comissão.

(Aparte antirregimental do Ver. Nereu D'Avila.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Só por isso, só porque foi designada a Comissão Conjunta. Eu quero ser mais contundente ainda. Enquanto eu presidia a Comissão de Constituição e Justiça, a matéria não vinha para a Comissão Conjunta, se não houvesse uma decisão prévia da Comissão de Constituição e Justiça. Senão, as matérias vêm para cá ocas, vazias e, nós temos dificuldade em nos posicionar, e eu não quero, apenas por preconceito, condenar a proposta do Ver. Alberto Kopittke, mas sou obrigado a estabelecer, a ressaltar, a sinalizar essas situações com a tranquilidade ou a intranquilidade que me caracteriza no momento.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo o PLE nº 035/15, do Executivo Municipal.

O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLL nº 078/15.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Obrigado, Presidente Mauro, caros colegas, trago para a análise do nosso plenário o projeto de lei que surge exatamente de um conjunto de situações que a Cidade tem vivido ao longo dos últimos tempos na área da segurança, Ver.^a Mônica, nestes casos em que os bandidos têm entrado nas áreas de emergência para finalizar a execução das pessoas que eles perseguem. Então, infelizmente, nessa

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Sessão Extraordinária 14OUT2015

onda de violência, o criminoso tenta executar uma pessoa, a fere a tiros; a Brigada, o SAMU ou familiares levam para a emergência; depois, os bandidos sabem disso e entram na área de emergência e tentam finalizar a execução. Isso, infelizmente, tem ocorrido com bastante frequência. Tivemos casos com maior repercussão, na Vila Cruzeiro, ano passado, e obviamente os episódios de duas semanas atrás, mas nós temos também, no Hospital Cristo Redentor, esse episódio, ele se repete. E os servidores da área nos procuraram, tanto médicos quanto enfermeiros que trabalham, assistentes de enfermeiros que trabalham nessas áreas, sobre o medo que eles têm enfrentado para atender essa pessoa. Então ele sabe que está lá fazendo o atendimento, e isso se avoluma. Eu estimo que, se nós estamos com 700 homicídios, a gente deve estar falando de algo em torno de dois mil para mais feridos a bala entrando em nossos postos de emergência dessa área com capacidade para esse tipo de atendimento e, enquanto eles estão prestando atendimentos, estão com um olho atrás, com medo de que entre alguém e finalize o serviço. Desculpem-me usar o termo mais chulo, mas é a vida real.

Então se planejou uma solução junto com a direção do Hospital Cristo, que é do Grupo Conceição, e depois, por intermédio do Ver. Kevin Krieger, Líder do Governo, me reuni com os Secretário Municipal da Saúde, que também achou muito boa a proposta. Fizemos ajustes. Eu, por exemplo, na proposta inicial, trazia o detector de metal, e o Secretário Municipal me explicou que isso não seria viável. A ideia é boa, mas não tem viabilidade, porque as pessoas transitam com metais, os médicos, e isso dificultaria a entrada de uma maca, de um procedimento de ressuscitação, enfim, e não se poderia trancar o fluxo. Mas outras propostas, como a que tínhamos trazido, a do videomonitoramento e a do vigilante, que alguns lugares têm; alguns não têm, ajudam o Secretário Municipal, ajudam o Sindicato dos Médicos e agentes de saúde a reivindicarem e ter em todos os locais – temos mais ou menos uma meia dúzia de locais na Cidade que têm recebido esses feridos a bala. Isso ajuda, e o Secretário pediu que eu incluísse o botão de pânico que, segundo ele, a Brigada já aceitou, e ele está finalizando com o Ceic, um centro de monitoramento da Cidade, a interligação com a Brigada.

Então é um projeto construído de forma, como eu já mencionei nesse tema de segurança, totalmente suprapartidária; essa é uma realidade, e nós temos essa retaguarda da saúde, que está atuando em campo, no meio dessa emergência, e esse é um projeto que visa trazer mais segurança para os nossos servidores da saúde, que estão aí trabalhando,

para que a gente possa ajudá-los a ter mais segurança. Então, é uma proposta que eu trago à apreciação; me coloco à disposição, ressaltando que fizemos esse bom diálogo, como deve ser, em relação a temas importantes da Cidade, com o Governo, para construir essa proposta, acordá-la e trazê-la para avaliação dos colegas. Coloco-me à disposição para a avaliação de todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para discutir o PLL nº 078/15.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde, Ver. Mauro Pinheiro, Presidente desta Casa; Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste, mais uma vez, Ver. Alberto, venho a esta tribuna, Ver. Reginaldo Pujol; Ver. Paulo Brum, nosso Vice-Líder; Ver. Ferronato, dizer que vimos fazendo um trabalho com o máximo possível de articulação. Independentemente de ser projeto de Vereadores da situação, nós procuramos escutar, procuramos chamar nossos Secretários Municipais. Ver. Casartelli, nosso ex-Secretário Municipal da Saúde, nós estivemos com o Secretário Fernando Ritter, um parceiro que tem dado continuidade ao trabalho de V. Exa. na Secretaria Municipal de Saúde, um parceiro que tem estado conosco diariamente nesta Casa, que sentou com a nossa Assessoria da Liderança, com a Assessoria da Liderança do Ver. Alberto, com o Ver. Alberto. Eu estive por alguns minutos na reunião, não pude ficar todo o tempo, mas a nossa Assessoria, junto com o Secretário de Saúde, construiu uma emenda em conjunto, com objetivo de dar mais segurança às Unidades de Saúde que recebem as pessoas que, infelizmente, são baleadas no Município de Porto Alegre. Nós fizemos uma emenda colocando o sistema de videomonitoramento dentro das Unidades de Saúde, retirando algumas emendas, que, se eu não me engano, iam de 1 a 5 ao art 1º do projeto de lei, nas quais havia muitas responsabilidades e algumas questões impossíveis de serem cumpridas. Esse sistema de videomonitoramento é importantíssimo para a segurança, inclusive dos cidadãos que estão passando na Unidade de Saúde por terem recebido algum tipo de ferimento a bala, mas, principalmente, para as nossas Unidades de Saúde, os nossos servidores, que terão mais segurança, porque esse sistema de vigilância estará integrado ao nosso Ceic, que é, sem dúvida nenhuma, um exemplo de gestão da Cidade.

Nós temos visto, Ver.^a Jussara Cony, o Ceic sendo hoje uma referência inclusive da imprensa de Porto Alegre, porque, hoje, quando nós temos essa situação das enchentes, é através do Ceic que se dão as notícias. E o Ceic é o instrumento que vai fazer o trabalho de vigilância, como já faz também dentro das nossas escolas municipais, que têm esse sistema de vigilância importante para a nossa Cidade. Então, eu faço aqui um pedido aos nossos Vereadores da base: essa é uma emenda que foi construída junto ao Secretário Municipal Fernando Ritter, e, dentro dessa emenda aprovada, nós temos condições de aprovar este projeto do Ver. Alberto Kopittke. E mais uma vez nós demonstramos, a base do Governo demonstra, que nós não estamos aqui para aprovar ou não aprovar projetos da situação ou da oposição, nós estamos aqui porque, quando o Governo entende que o projeto é bom, nós votamos a favor. Nós votamos a favor da Cidade, nós votamos a favor das pessoas, porque são as pessoas que nos colocaram aqui e nos deram a responsabilidade de defender os melhores projetos para a nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria dos Vereadores Alberto Kopittke e Kevin Krieger, ao PLL nº 078/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Alberto Kopittke, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 078/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 078/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Fico contente que essa iniciativa seja compartilhada entre um Vereador nosso, o Ver. Kopittke, de oposição, com o Líder do Governo. A recomendação é que eu não bata, para não perder o projeto. Eu quero fazer um alerta que acho importantíssimo. O Ver. Alex sabe, porque acompanhou a escola Tristão. Nós estamos com todas as escolas sem alarme. Estamos vivendo situações como a da Escola Porto Alegre, como na Tristão. Uma combinação perversa. A cada dia estamos com um guarda a menos. O concurso terminou há dois anos, não foram chamados os últimos concursados, não foi feito novo concurso. De outro lado, os alarmes que substituía

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Sessão Extraordinária 14OUT2015

guardas depois que a escola fecha – realmente, não tem porque deixar um ser humano lá –, os alarmes não estão funcionando. Já houve tentativa de conserto, mas não funcionam mais. Nós estamos com um sistema que não está sendo recuperado e com problemas seriíssimos de manutenção dos nossos espaços, dos instrumentos e insumos que as escolas, com muita dificuldade, compram; organizam com carinho, com amor os espaços físicos que estão sendo depredados e invadidos, porque não estamos com o sistema funcionando.

Então eu queria dizer que voto a favor. A Prefeitura consegue chegar nas comunidades só com dois espaços: o posto de saúde e a escola. Os nossos funcionários estão extremamente expostos. É preciso pensar, sim, com prioridade a proteção da atuação dos servidores e servidoras lá na ponta, acolhendo, cuidando, salvando, estudando, trabalhando com a população de Porto Alegre. Voto a favor, mas alerta: já é preciso fazer um *upgrade* de todos os sistemas de alarme das escolas municipais. Estamos fazendo um Pedido de Providências nesse sentido.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em o PLL nº 078/15. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 078/15.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu li a emenda que o Ver. Kevin Krieger apresentou e sobre a qual ofereceu comentários da tribuna. Quando eu digo que quero discutir o projeto e a emenda, é porque o acessório segue o principal. A emenda é fruto de uma negociação da Liderança do Governo com o autor da matéria e é palatável, derruba grande parte da nossa resistência, muitas das quais eram do encaminhamento do processo. Ora, se ao final se chega, pelo entendimento, a uma solução razoável, digna de ser aprovada por nós, eu derrogo o encaminhamento, deixo de nele me ocupar e passo a me ocupar do principal. O principal é o projeto, que emendado, se torna, no meu entendimento, merecedor da aprovação da Casa, e com isso, Ver. Prof. Alex, eu não cometo nenhuma incoerência. Continuo dizendo que o processo foi mal encaminhado, chegou aqui vazio, oco; há um equívoco que vem sendo feito com frequência na Casa de que as matérias vão para as comissões conjuntas sem que as comissões concordem com isso. Está se entendendo que o silêncio é a

pág. 21

concordância, o que, no Direito Público, me parece que isso não prevalece. Mas retornando à análise da situação em concreto, em votação, eu quero cumprimentar o Ver. Kevin Krieger, proponente que soube, justamente, construir esta saída com a qual nós estamos nos solidarizando neste momento.

Proponho que se vote favoravelmente à emenda e, por consequência, para que a emenda tenha valor, o projeto tem que ser aprovado posteriormente, porque, senão, se aprovarmos a emenda e por paradoxo rejeitarmos o projeto, a decisão em favor da emenda é absolutamente inócua, insubsistente e inconsistente. Era isso, tão somente isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 078/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADA.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Paulo Brum, o PLL nº 078/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM**.

O Sr. Engº Comassetto: Sr. Presidente, eu queria comunicar ao senhor e aos colegas Vereadores que mais uma comunidade está em despejo na Cidade, como já tratamos do tema na CUTHAB, que é a comunidade Campos Verdes, e nós a estamos recebendo na sala aqui ao lado. Eu queria convidar as colegas da CUTHAB. O Líder do Governo, Ver. Kevin, já vai tratar conosco do assunto ali. Então, só para convidar aqueles que tiverem interesse, junto com a Liderança do Governo, para nós tratarmos desse assunto, porque, no dia 26, está marcada uma ação de despejo para esta comunidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro.

O Sr. Reginaldo Pujol: Sr. Presidente, se for relevante para a Liderança da oposição e Liderança do Governo ouvir as pessoas, é relevante para toda a Casa. Então não tem sentido nós ficarmos aqui discutindo a matéria e não ouvindo, lá, os manifestantes. Se é relevante, suspende-se a Sessão e vamos lá ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Não, nós vamos continuar votando. Os Vereadores que quiserem participar, podem participar; ou, se não tiver quórum, encerra-se a Sessão. (Pausa.)

Aprego a Emenda nº 13, de autoria dos Vereadores Carlos Casartelli e Jussara Cony, ao PLL nº 232/14.

Aprego a Emenda nº 14, de autoria dos Vereadores Mendes Ribeiro, Kevin Krieger e Jussara Cony, ao PLL nº 232/14.

Em votação a Indicação nº 033/15. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 033/15.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a Indicação que está sendo votada no presente momento, é de autoria do Ver. Cláudio Janta, que sugere ao Governo Municipal a criação e implementação do Programa Caminhos Seguros. Evidentemente que, sendo uma indicação de autoria do Ver. Cláudio Janta, já nos merece maior atenção, e quando vimos à tribuna não tínhamos o prazer de ter o Ver. Cláudio Janta aqui conosco, como passamos a ter, a partir deste momento, o que me permite, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, solicitar ao Ver. Cláudio Janta que nos dê uma informação a respeito do que é esse programa por ele sugerido, pois, em princípio, achamos que deve ser uma coisa muito boa, pois o Ver. Cláudio Janta sempre sugere ao Governo Municipal e à Casa boas proposições, e acredito que essa não deva fugir à regra. Mas de qualquer sorte, Sr. Presidente, acho que votarmos açodadamente, sem maior conhecimento do que estamos votando, pode gerar riscos de arrependimentos futuros, até por que, no presente momento, com o meu protesto, parte dos integrantes da Casa, que estão presentes a essa reunião, se encontram na sala anexa, e se pedirmos votação nominal corremos inclusive o risco de não alcançarmos o quórum e transformarmos essa Sessão em infrutífera, deixando de cumprir outros artigos da Pauta que estão aqui colocados. Por essa razão, e com o maior carinho possível ao autor da proposição, eu confio que ele virá à tribuna e nos oferecerá as razões mais do que suficientes para votarmos com ele essa proposição, como de resto temos votado as suas proposições, sempre marcados pelo bom senso, por bom esclarecimento e pelo reto propósito de contribuir com a causa pública, com a administração do Município e

sobretudo com aqueles mais carentes da atuação do Poder Público Municipal. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 033/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Esta é uma Indicação para que o Governo ilumine ou tome providências em relação a criar caminhos mais seguros em vias consideradas perigosas ou mal-iluminadas, trazendo maior segurança e inibindo a ação de criminosos nesses caminhos.

Eu queria aproveitar o tema, porque acho que todos os caminhos na cidade de Porto Alegre precisam de algum tipo de olhar nesse sentido, que pode ser presença mais ostensiva da Brigada Militar. Por isso, é inaceitável que o Governo Sartori não tenha chamado os brigadianos concursados no Governo Tarso: 2 mil brigadianos e 600 delegados. Nós insistimos: ou conseguimos encontrar uma forma, enquanto gestores, de priorizar a segurança, ou a vida das pessoas continuará sendo perdida; é lamentável a opção feita pelo Governador Sartori. Nós sabemos que esses brigadianos que ainda não foram chamados, Professor Alex, quando forem chamados, no início do ano que vem – se forem –, terão que fazer treinamento, Ver.^a Mônica, que aqui acusa o Governo Federal, peremptoriamente, de buscar recursos no BNDES e na Caixa para fazer políticas públicas. Não vejo a Vereadora, dessa maneira dura, fazer crítica ao Governador Sartori, que nos coloca numa situação de insegurança brutal no Estado do Rio Grande do Sul. E, pior: ela não é passageira, porque ele sequer indica quando chamará os brigadianos concursados no ano de 2014. Essa é uma Vereadora que é da segurança, que acha que não precisa fazer moradia, não precisa ter Bolsa Família e que tem que pagar os bancos, que esse é o problema das pedaladas. E essa é a afirmação que V. Exa. fez na tribuna, essa é a acusação. Eu gostaria que a Dilma tivesse esse tipo de acusação, porque ela prioriza políticas sociais e não pagar os bancos.

Eu acho que o Governador Sartori tem que ser, todos os dias, cobrado aqui, Ver. Janta, por V. Exa. também, que, de forma bastante indignada, na quinta-feira, xingava a Presidenta Dilma. Quero que o senhor venha aqui, com a sua Indicação, cobrar a

nomeação dos brigadianos, concursados pelo Tarso, que o Sartori ainda não chamou. Neste ano, portanto, com muitos brigadianos entrando em licença, com muitos brigadianos fora do trabalho, porque as horas extras foram reduzidas brutalmente, com muitos brigadianos se aposentando porque não tem mais hora extra, não tem mais prestígio, não tem mais prioridade... É nisso que está jogado o Estado do Rio Grande do Sul, numa insegurança brutal, por não haver prioridade de gestão, pelo Governador levar o ano inteiro, para usar, por exemplo, os depósitos judiciais. Acha que não precisa usar os depósitos judiciais, mas pode jogar o povo na insegurança que está. E ainda sugerir, como o Secretário de Segurança sugeriu, que quem puder tome providências em relação a sua própria segurança. Esse tema tem que ser uma indicação para o Governo: nomeie os delegados de polícia concursados, nomeie os brigadianos, porque a população do Rio Grande do Sul não suporta a inexistência de gestor que priorize segurança.

Por outro lado, quero aqui registrar que o Governo Municipal está entrando com luz, e essa, para mim, é a importância fundamental, com luz pública. Não com energia elétrica, porque a CEEE entrou, mas com lâmpadas na Vila Protásio Alves e no Jardim do Verde. Esses, sim, são lugares onde nós precisamos de iluminação pública. E nós estamos esperando que entre na Vila Gaúcha, onde a CEEE colocou todo o posteamento, agora faltam colocar as lâmpadas nas vias públicas. E na União de Vilas, no Morro Santa Teresa, que é discriminado, é considerado...

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Qual é o problema? Não querem lâmpadas no Morro Santa Teresa? Pois é, nós estamos esperando... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Terminei dizendo que o Governo Municipal está com um programa importante, financiado pelo Governo Federal, que está trocando todas as lâmpadas de muitos espaços. Consegui iluminar praças, e vou repetir: financiado pelo Governo Federal, pelo Governo Dilma, e está entrando nas comunidades, que ainda não têm lâmpada elétrica, mas a CEEE já colocou os postes. Isso eu quero elogiar. Para mim, os caminhos mais inseguros são dessa população discriminada, criminalizada, massacrada pelas ações, infelizmente, de alguns brigadianos, que, lá na Vila Gaúcha, estão pedalando casas, surrando meninos,

passando por cima dos direitos humanos. É ali que nós queremos a energia elétrica nas vias, para garantir segurança, já que o Governador não nomeia os brigadianos.

(Não revisada pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 033/15.

A SRA. MÔNICA LEAL: Presidente Mauro, Vereadores, Vereadoras, pessoas que nos assistem aqui, público da TVCâmara, eu utilizo a tribuna para apoiar a Indicação do Ver. Janta, que trata do programa Caminhos Seguros. Todos os que acompanham e que têm o mínimo – o mínimo – de conhecimento sobre a minha vida política sabem que eu falo na tribuna e em toda as mídias – até porque sou jornalista e participo de um programa uma vez por semana – sobre segurança pública, seja do governo que for, seja do Governo Sartori, seja do Governo Tarso, quando está errado e quando está certo. Esta Vereadora aqui sempre está interessada em segurança pública. Assim como critico e critiquei a falta de prioridade do Governo que assumiu em relação à segurança pública, quero aqui elogiar a Indicação do Ver. Janta quando trata de uma matéria tão importante. Nós sabemos que a Segurança pública apresenta dois vieses muito importantes: a Segurança preventiva, que compete aos Municípios, que compete ao Governo Municipal, que pode tratar dessa área trabalhando na iluminação. E o Governo Fortunati faz isso de uma forma muito correta nas praças. Nós estamos com as praças na cidade de Porto Alegre extremamente iluminadas. Nunca na história da Capital se viu tantas praças iluminadas. Parabéns ao Executivo, parabéns ao Secretário, ao Governo Fortunati. Agora, o Ver. Janta traz aqui uma Indicação que toca bem nesta área, quando ele diz que o projeto vai ao encontro deste ponto, da iluminação. O que se pretende é tornar a iluminação pública diferenciada nas ruas, ruas essas que nós sabemos que são extremamente inseguras, onde podem ocorrer crimes, assaltos. Nós acompanhamos, através da imprensa, diariamente isso. Então, na medida em que o Ver. Janta faz um levantamento da incidência de crimes, que é maior no entorno do Parque Farroupilha, proximidades do Hospital Santa Casa de Misericórdia, Campus Central da UFRGS, e outros locais, e aponta a necessidade da iluminação, eu, como Vereadora Líder da Bancada Progressista, quero apoiar, em nome do Ver. Guilherme Socias Villela, Ver. Kevin Krieger, Ver. João

pág. 26

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Sessão Extraordinária 14OUT2015

Carlos Nedel, e, além de apoiar, saudar essa iniciativa, porque é trabalhando em segurança preventiva que nós estaremos possibilitando ao cidadão de bem o direito de ir e vir, que é dever do Estado. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol, a Indicação nº 033/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 21 votos **SIM**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, de retirada de tramitação das Emendas nºs 02 e 03 ao PLL nº 232/14. (Pausa.) O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, eu solicito que o Ver. Mendes Ribeiro venha a esta tribuna justificar o porquê da retirada das Emendas nºs 02 e 03 do Projeto que versa sobre as doulas, de autoria da Ver.^a Jussara. O projeto está sendo votado de forma açodada. Um projeto que nós já pedimos a intervenção, e já protocolamos há duas semanas, na presidência da Casa, um pedido e audiência pública. Um projeto que precisa ser melhor discutido. As Emendas nºs 02 e 03, exatamente fazem o quê? A Emenda nº 02 faz com que alguns elementos que não existem nos hospitais públicos não sejam utilizados. Então, vai onerar o serviço público, o débil serviço público que já tem dificuldades! O Hospital Presidente Vargas já tem as suas dificuldades, e vão ter que botar piscinas, bolas lá no Hospital Presidente Vargas! O espaço físico do centro obstétrico não comporta já as mulheres com seus familiares, que são atendidas lá. Não se tem essa estrutura. E a sanção vai retirar a sanção, vai manter a sanção? Vai impingir, vai obrigar os hospitais públicos e particulares de Porto Alegre a pagarem multa em função do descumprimento? Uma profissão que não é regulamentada – onde está o Conselho Federal que cuida da atividade profissional dessas profissionais? Se lá no hospital ocorrer algum problema, se lá no hospital houver uma divergência entre essa profissional que não pertence à equipe de saúde no acompanhamento da mulher, se o médico e a enfermeira determinam que essa paciente tem que ficar deitada, que está quase completa e essa outra profissional,

pág. 27

que não pertence ao quadro do hospital, vai lá e diz: “Não, tu podes ir ao banheiro”. Aí ela vai ao banheiro, ganha o nenê no vaso sanitário e machuca o nenê e morre o nenê – quem é o responsável civil e penal por essa situação? Então, todas essas coisas têm que ser respondidas. Vai ser mais uma vez o médico, vão dizer mais uma vez que os médicos é que são o problema da saúde. Mais uma vez vai ser dito isso! Então, nós precisamos ter muito cuidado. Esse projeto da Ver.^a Jussara, com todo o respeito, ele vem numa onda de diversos outros projetos. Vem na onda do projeto do Deputado Jean Wyllys, vem na onda do Programa Mais Médicos, diversas outras coisas. Então, assim, é muito importante que nós não discutamos, que nós não votemos de forma açodada o que nós não estamos sabendo o que nós estamos votando. Os Vereadores não sabem nem o que é doula, nós precisamos de audiência pública para explicar! Nós precisamos de audiência pública para poder dizer isso. E muito me surpreende a retirada da emenda do Ver. Mendes Ribeiro, que já tinha passado pelas Comissões e que, em função dela, inclusive, ele deu seu parecer final. Isso me surpreende. Eu espero que o Ver. Mendes Ribeiro possa vir a esta tribuna e realmente poder esclarecer porque está retirando as Emendas n^{os} 02 e 03. Então, objetivamente, precisamos ter transparência, precisamos discutir as questões a fundo para não termos erro na hora das votações.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em primeiro lugar, eu venho a esta tribuna como autora deste projeto dizendo que ele não surge do nada, e nem surge em esteira de algum modismo, até porque a figura da doula é milenar; a figura da doula, Ver. Dr. Thiago, é milenar! Ela vem muito antes de profissões como as nossas. V. Exa. é médico; eu sou farmacêutica. Então não se trabalha com base em modismos e esteiras quando se trabalha com a vida, quando se trabalha com a naturalidade do parto, quando se trabalha com algo que é sagrado para as mulheres, que é o direito e o saber parir. E não nego, de maneira nenhuma, o significado das profissões de saúde! Todas, sem hegemonias! As profissões todas de saúde. E acho que não devemos temer, como profissionais de saúde, aquele conhecimento que é milenar e

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Sessão Extraordinária 14OUT2015

aquele conhecimento que, de uma forma muito importante, os dias de hoje estão trazendo, porque a doula é uma mulher que acompanha, é uma mulher que tem o saber das próprias mulheres. Eu fui doulada, no meu primeiro parto, pela minha avó e fui doulada nos meus quatro partos pela minha tia. E nada melhor do que se ter uma mulher ao nosso lado num momento tão importante quanto esse, sem negar o papel dos profissionais de saúde.

Mas essa discussão eu vou fazer com maior aprofundamento no momento da discussão do projeto, e eu quero dizer que não há nenhum açodamento em trazer, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, esse projeto para votação. O art. 81 é regimental. Esse projeto passou pela Comissão de Constituição e Justiça, ele teve como relator o Ver. Pablo Mendes Ribeiro, que, aliás, fez uma relatoria excelente. Nós respondemos a alguns questionamentos da própria Procuradoria da Casa, Ver. Dr. Thiago, como eu o escutei, eu gostaria que o senhor me escutasse. Além de não ser açodado o art. 81, que nos faculta, ao senhor e a todos os Vereadores, porque é do Regimento da Casa, o Ver. Mendes Ribeiro não tirou por acaso as Emendas nº 02 e nº 03, por quê? Porque a Emenda nº 13, de autoria, de uma articulação política e de política pública entre Governo, com a presença do Secretário Municipal, entre o Líder do Governo, Ver. Kevin Krieger, e entre esta Vereadora que é autora do Projeto, a Emenda nº 13, feita por esse acordo, inclusive com o Deputado Mendes Ribeiro, ela dá conta de uma forma, inclusive mais apropriada das Emendas nº 02 e nº 03, que estão sendo retiradas neste momento pelo Ver. Mendes Ribeiro. O Ver. Mendes Ribeiro é de extrema responsabilidade, ele discutiu conosco, ele sabe da articulação política da Emenda nº 13, que é uma Emenda fruto desse diálogo que eu já relatei aqui, e a Emenda nº 13, assinada por mim, pelo Ver. Casartelli – o Ver. Casartelli também está nesse processo como médico, como grande conhecedor dessa matéria – o Ver. Mendes Ribeiro retirou as Emendas nº 2 e nº 3 da CCJ, porque a Emenda nº 13, ela dá conta dessas Emendas, e manteve, nós acolhemos a Emenda nº 04 da CCJ. Também acolhemos a Emenda nº 14, e assinamos que é uma Emenda importantíssima do Relator da matéria o Ver. Mendes Ribeiro, quanto às Emendas do Ver. Dr. Thiago, no momento oportuno, nós vamos discutir, mas são Emendas que descaracterizam o projeto e descaracterizam um acordo para uma política pública que está discutido entre Governo, esta Casa, vários conhecedores, sim, da matéria, e também pela articulação feita com esta ocupação, eu não chamo nem de profissão, é uma

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Sessão Extraordinária 14OUT2015

ocupação de doulas regulada pelo Ministério do Trabalho. Então não há estranheza nenhuma, a Emenda nº 13 ela substitui... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) Voltarei à tribuna, se necessário, para dar mais explicações ao Ver. Dr. Thiago nos momentos oportunos da discussão do Projeto. Neste momento só estou encaminhando favoravelmente à retirada das duas emendas do Ver. Mendes Ribeiro, porque a Emenda nº 13 dá conta delas.

E quero dizer também, Ver. Dr. Thiago, que audiência pública não me assusta. Audiência pública, para mim, é salutar, em nenhum momento o senhor está sendo negado de uma audiência pública nesta Casa, porque esta Casa tem democracia e passa pelas instâncias. Audiência pública não nos assusta, virão os profissionais de saúde, virão as doulas, virão todos os que quiserem vir, porque aqui nós estamos trabalhando com a Saúde, que é um direito de todos, é dever do Estado, e mais do que isto, a Saúde que não pode ter hegemonias. Hegemonia faz mal à saúde.

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Dr. Thiago (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h39min.)